



VISÃO EMPRESARIAL

Pedro Ricco Deos

Diretor de Relações Institucionais e Fórum da Liberdade do IEE

Ganharam a eleição. Herdaram a Constituição

Os 513 deputados e 54 senadores eleitos ontem acordam hoje com a ressaca da vitória. Enebriados, poucos lembrarão que é aniversário da Constituição, ainda que a comemoração seja cada dia menos recomendável. É indispensável, contudo, recordarem que, em fevereiro, cada um deles jurará manter, defender e cumprir uma Carta que o Congresso trata como rascunho.

O problema da Constituição Cidadã não surgiu com o tempo. Nossa Carta Maior já nasceu com sobrepeso: 245 artigos no corpo permanente e outros 70 nas disposições transitórias. Os constituintes, recém-saídos da ditadura, quiseram escrever tudo. E escreveram.

Levaram para o texto constitucional não apenas direitos e garantias fundamentais, mas também escolhas de política pública e tentativas de disciplinar fenômenos econômicos. Dentre exemplos emblemáticos, delimitaram o teto de 12% ao ano para os juros reais, como se a norma maior pudesse submeter a economia à vontade do constituinte.

De 1988 para cá, vieram 139 emendas. Nos primeiros 10 anos, foram 19. Nos últimos 10, 46. A norma que deveria ser a mais estável do país passou a ser alterada com a frequência de um regulamento. Os três quintos dos votos, em dois turnos e nas duas Casas, foram pensados como barreira. Viraram rotina.

A Constituição extensa explica parte do problema. A outra parte está na conveniência. Ao levar uma escolha para a Carta, uma maioria não apenas decide o presente: eleva o custo para que maiorias futuras decidam de modo diferente. Além disso, a emenda dispensa sanção presidencial e confere à decisão uma estabilidade que a legisla-

ção ordinária não oferece. Foi por emenda que se adiou o pagamento de precatórios, que se tornou obrigatória a execução das emendas parlamentares ao orçamento e que se abriu espaço adicional no teto de gastos.

O Congresso reclama, com razão, do protagonismo do STF. Mas quem constitucionaliza tudo não pode se surpreender quando tudo vira questão constitucional. Cada detalhe levado à Constituição é mais um tema entregue à última palavra de 11 ministros. O Parlamento reclama do árbitro ao mesmo tempo que lhe entrega o apito.

A Constituição existe para limitar o poder e proteger o cidadão do Estado. A nossa preferiu prometer tudo por meio dele. Transformou em direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência e a assistência aos desamparados. A moradia, a alimentação e o transporte vieram a reboque. São aspirações legítimas. O problema é imaginar que inscrevê-las na Constituição

basta para torná-las realidade. Uma Constituição que promete tudo ensina que nada do que está nela precisa ser levado a sério. O resultado é um texto inchado naquilo que não precisava nele estar e omisso naquilo que prometeu. Nas lacunas, quem decide é o Judiciário. Nos excessos, também.

Aos eleitos, fica a sugestão de uma tarefa menos vistosa que uma PEC: legislar. Deixar na lei o que é matéria de lei, resistir à tentação de constitucionalizar a política do momento e devolver à Constituição o papel de limite, e não de programa de governo. Ontem, o eleitor fez a sua parte. Falta ao Congresso emendar-se. Com esse desafio começa a nova legislatura.

OPINIÃO

A observabilidade em operações financeiras

Alex Camargo

Head de Observabilidade da Delfia

Em um ecossistema de pagamentos instantâneos, a relação entre tempo de resposta, experiência do cliente e geração de receita nunca foi tão evidente. A indisponibilidade já é vista como um risco financeiro e estratégico.

Dados do Uptime Institute mostram que mais da metade das interrupções relevantes ultrapassam US\$ 100 mil em prejuízo, enquanto aproximadamente 20% superam US\$ 1 milhão por incidente. E esses números não estão necessariamente associados a quedas das aplicações e da infraestrutura.

Na maioria das vezes, os sistemas continuam operando, porém com lentidão ou intermitência. O impacto aparece no abandono de transações, na redução das taxas de conversão e na perda de receita. Diante de uma maquininha lenta, de um Pix que demora para confirmar ou de um checkout instável, muitos consumidores desistem da compra.

Hoje, com a popularização dos pagamentos instantâneos, atrasos de poucos segundos são suficientes para comprometer a confiança e interromper a jornada do cliente.

Uma única transação depende de muitos componentes distribuídos, como ambientes multicloud, microsserviços, APIs, gateways de pagamento, plataformas antifraude, bancos de dados e integrações com parceiros externos.

Nesse contexto, a observabilidade assume um papel estratégico ao correlacionar logs, métricas, traces e eventos em tempo real para compreender o comportamento das aplicações. Combinada a padrões como o OpenTelemetry, IA e automação operacional, transforma telemetria em insights acionáveis, acelerando a identificação da causa raiz e conectando indicadores técnicos aos de negócio.

A falta de visibilidade pode gerar riscos operacionais decor-

rentes de capacidade insuficiente em momentos críticos. Já a observabilidade permite otimizar performance e custos.

Segundo o Gartner, empresas que adotam práticas de observabilidade reduzem o tempo de resolução de incidentes e aumentam a resiliência operacional. Assim, passam a atuar de forma preditiva, identificando comportamentos anômalos e indisponibilidade percebida pelos clientes.

O diferencial competitivo está em compreender o comportamento das operações, antecipar riscos e garantir que cada segundo da jornada digital gere valor para o negócio. É nesse ponto que a observabilidade se torna um ativo estratégico para as organizações.

Diante de uma maquininha lenta, de um Pix que demora para confirmar ou de um checkout instável, muitos consumidores desistem da compra



O jeito chinês de negociar

Leonardo Baum

Empresário e associado do IEE

Entre 15 de outubro e 4 de novembro, Guangzhou, na China, recebe a 140ª edição da Canton Fair, a maior feira multissetorial do mundo. Em 2025, quase 289 mil compradores estrangeiros de 219 países passaram pela feira. Muitos empresários brasileiros desembarcarão em busca de fornecedores e melhores preços, mas boa parte volta sem perceber que a negociação mais importante acontece longe dos estandes.

Depois de dois dias de viagem, o empresário chega a Guangzhou com a agenda cheia e ainda em jet lag. Quando a última reunião termina, um fornecedor convida para jantar. Ele aceita por educação, mas pensa que talvez fosse melhor descansar.

Durante o jantar, a conversa

passa por mercado e planos futuros, mas também por família, hobbies e viagens, assuntos que dificilmente apareceriam numa reunião formal.

Em minhas primeiras idas à China, pensei que aqueles jantares fossem apenas gesto de educação. Com o tempo, entendi que a conversa depois da negociação também fazia parte dela.

Do outro lado da mesa, o fornecedor está avaliando quem é você: como trata as pessoas, se é confiável, e se está diante de um pedido pontual ou de uma potencial parceria duradoura. Foi então que conheci um conceito central na cultura de negócios chinesa, o guanxi.

Nunca encontrei tradução perfeita para guanxi. Alguns o aproximam de networking, outros de confiança. Prefiro vê-lo de forma simples, como a maneira pela qual empresários chi-

neses constroem relações que sustentam parcerias de longo prazo.

No Brasil também negociamos assim, num jantar, num happy hour ou por meio de uma indicação de confiança. Aqui, isso ajuda a negociação. Na China, é parte fundamental dela.

Na prática, o guanxi mostra valor quando algo sai do planejado. Com ele, você ganha prioridade, e o fornecedor busca alternativas diante de imprevistos. Mas tem limite, e não substitui o que sustenta qualquer negócio na China: especificações claras, inspeções de qualidade e pagamentos alinhados às etapas do pedido.

Na Canton Fair, o preço de um produto se revela no estande da feira. A confiança, por sua vez, é construída na mesa do jantar. É isso que separa quem compra da China de quem negocia com ela.